

Epistemologia Africana: Reflexão sobre pesquisa e produção científica na África

African Epistemology: Reflection on scientific research and production in Africa

José Manuel Mussunda da Silva¹

Manuel Nambua²

Artigo recebido em: 06/11/2020

Artigo aprovado em: 15/09/2022

RESUMO: Cogita-se com muita frequência, que o debate sobre a epistemologia africana não é novo, tem sido discutido por muitos intelectuais, tanto no continente africano, quanto na diáspora. Este trabalho visa estudar o conteúdo existente (artigos, artigos, livros, etc.) extraídas na disciplina de Estudos Africanos e Sociologia Africana da UNILAB, para problematizar as pesquisas científicas, produzidas no continente. Sua proposta metodológica é uma revisão literária de bibliografias que tratam da África colonial, pós-colonial e contemporânea a fim de desmistificar a invenção imaginária e estereótipo do conhecimento africano. Portanto, espera-se que esta pesquisa desempenhe um papel importante na valorização dos saberes das epistemologias africanas, de modo a incentivar os intelectuais e pesquisadores orgânicos africanos que adentram os seus estudos voltados para África, haja vista que, é necessário esforço para alcançar resultados científicos mais rigorosos e úteis para as universidades africanas.

Palavras-chave: Epistemologia Africana, Filosofia Africana, Pesquisa, Produção Científica.

Abstract: It is often said that the debate on African epistemology is not new, it has been discussed by many intellectuals, both on the African continent and in the Diaspora. This work aims to study the existing content (articles, papers, books, etc.) extracted in the African Studies and African Sociology discipline of UNILAB, to problematize the scientific research, produced on the continent. Its methodological proposal is a literary review of bibliographies dealing with colonial, post-colonial and contemporary Africa in order to demystify the imaginary invention and stereotype of African knowledge. Therefore, it is hoped that this research will play an important role in enhancing the knowledge of African epistemologies, so as to encourage African intellectuals and organic researchers who are entering their studies focused on Africa, given that, effort is needed to achieve more rigorous and useful scientific results for African universities.

Keywords: African Epistemology, African Philosophy, Research, Scientific Production.

O continente africano desde a sua história e historiografia sempre esteve subordinado ao norte global, a partir do período de invasão e colonização, sobretudo quando os missionários e exploradores europeus (implementaram suas religiões,) visando monopolizar o continente. Diante desse processo,

¹ Mestrando em Ciência Política, pela Universidade Federal de Pelotas. Licenciatura em Sociologia, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB. Bacharel em Humanidades pela UNILAB. Cidade de Pelotas, rua Três de Maio, nº 1212, Rio Grande do Sul/RS, Brasil. E-mail: josemussundadasilva@gmail.com

² Mestrando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Licenciando em Pedagogia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Bacharel em Humanidades pela UNILAB. Brasil, cidade de Sorocaba, avenida Nove de Julho, nº229, São Paulo/SP, Brasil. E-mail: manuelnambua6@gmail.com

o povo africano não se mostrou neutro nem relutante ao jogo do imperialismo, houve muita resistência e acordos “tratados” entre os europeus e alguns líderes africanos de modo a negociar o fim da estadia destes no continente berço, aponta Uzoigwe.³

O artigo surge a partir de um estudo multidisciplinar, sobretudo do debate cotidiano feito dentro e fora da academia (sala de aula), principalmente a partir das leituras e discussões nas disciplinas de estudos africanos e sociologia africana I e II. Nos propusemos a refletir e problematizar a existência da epistemologia africana e sua contribuição para o desenvolvimento do continente. Escolheu-se o tema pelo fato de sermos estudantes africanos que estão preocupados com as novas formas de produção e pesquisa, pois acreditamos que estas devem estar relacionado com a realidade em estudo.

Assim, propomos desenvolver o trabalho a partir de uma análise exploratória dos dados existentes discutindo o contexto africano, em seguida debatê-los de forma descritiva e aprofundada para a construção de um paradigma epistêmico que trate sobre a pesquisa e produção científica em África. Para tanto, como ferramenta de coleta de dados, será feita a revisão bibliográfica de diversos autores(a) africanos(a) e africanistas, tais como: Appiah, Lopes, Hountondji, Ngoenha, Jaka Jamba, Jumi Adesina, Teresa Cruz e Silva, entre outros.

Entretanto, posto isso, questiona-se: Onde são produzidos as epistemologias africanas? Existe em África centro de estudos que discutem sobre as epistemologias africanas? As nossas universidades africanas incentivam a pesquisa científica? Por fim, o artigo sugere caminhos que visam desmistificar o imaginário estereotipada criada ao continente africano.

A língua como instrumento do renascimento da nova epistemologia africana

Refletir sobre as epistemologias africanas não é tarefa fácil, nos leva pensar a partir da ideologia colonial instrumentalizada em nós a “língua”, ou seja, não se pode falar sobre o desenvolvimento da África sem antes equacionar uma das grandes barreiras utilizadas para dividir as várias culturas e etnias do continente. No entanto, para o contexto pós-colonial, é fundamental fazer um diagnóstico preliminar que nos permita discutir as implicações da colonização na sociedade africana, propondo um mecanismo de promoção do nosso conhecimento outrora foi (continua) abominado, por exemplo, começando pela valorização da língua nativa africana.

Apesar de alguns progressos nos estudos e pesquisas dedicada ao continente e sua pluralidade, também é possível apontar alguns retrocessos. Um dos quais é a resistência que se tem notado por parte da elite política e algumas universidades que rejeitam a inclusão das línguas regionais nos

³ UZOIGWE, Godfrey. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: B. A. A *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília, UNESCO, 2010, p.153-163.

currículos escolares, perpetuando assim, a continuidade do discurso e defesa do paradigma colonial como base dominante de resposta aos acontecimentos e fenômenos sociais de um contexto africano que merece uma análise. Em outras palavras, tentam adaptar os conhecimentos culturais africanos à luz do pensamento ocidental e europeu. Por exemplo, a maneira como as populações são alfabetizadas, em especial aquelas oriundas de uma linhagem e socialização autóctone africana, normalmente, vistas como *outsiders* e não civilizadas. Desse modo, afirma-se que aqueles grupos que detêm o poderio econômico, político e cultural são os que mais perpetuam a base colonial como forma de dominação da camada baixa da sociedade. Assim, nos grupos étnicos, onde a língua é uma das ferramentas usadas, seja nas instituições públicas, privadas, escolas, universidades, as pessoas são obrigadas a falarem a língua do colonizador, português, francês, inglês, etc.

Atualmente, um dos debates mais problematizado nos estudos da epistemologia africana centra-se na questão da valorização das identidades culturais, e a língua é um dos pontos mais destacado pelos estudiosos e pesquisadores, seja na academia, eventos e palestras. A existência de várias línguas étnicas em alguns países africanos, como o caso da Guiné-Bissau, Moçambique, Senegal, Cabo-verde, Angola e outras partes do continente. E estas línguas por sua vez são faladas por uma grande maioria da população, mas por questões de ordem política, econômica e ideológica, raramente (com exceção de algumas escolas). Dito isso, podemos encontrar nos currículos escolares como disciplina que sirva para valorizar e alfabetizar os alunos visando manter a continuidade daquilo que aprendeu durante sua socialização, contudo, o que se tem assistido é continuação generalizada de reprodução colonizadora em sala de aula.

Enquanto isso, Paulo Freire, após a sua viagem para o continente africano, em particular na Guiné-Bissau, fez um estudo etnográfico das populações guineenses e constatou que a maioria da população falava a língua materna “o crioulo”. O questionou a maneira como é valorizado o português em detrimento do crioulo. Foi mais além em propor à elite do país nova forma de ensino nas escolas a partir da inclusão da língua crioula nos currículos escolares. Pois,

[...] O crioulo uma língua não escrita era falado por aproximadamente 45% da população. Era uma língua de grande potencial. Mas na visão de Freire, o crioulo seria a língua oficial e nacional e representaria a possibilidade de criar uma sociedade nova. Para Freire, não era possível reafrikanizar o povo, utilizando o meio que os desafrikanizou; ele entendia que o uso da língua portuguesa não era neutro, pois a língua reproduzia valores colonialistas.⁴

A partir disso, a língua sendo um instrumento de comunicação, ela também serve como forma de dominação que determinados segmentos sociais ou grupos utilizam para se sentirem superiores aos outros, no entanto, essa foi uma das lutas de Freire quando viajou a um país africano (Guiné-

⁴ ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes*. São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire. 2012, p.68-69. Disponível em: <http://192.168.2.243:8080/handle/7891/508>. Acesso em: 10 de out.2020.

Bissau). Contudo, a elite política, enquanto o detentor de todo aparato estatal, são as que rejeitam de antemão, e importante descrever às outras regiões. Corroborando com Appiah, este argumenta que nos países francófonos, para além da língua francesa, existem outras línguas que as elites governamentais falam, porém com sotaques e regras gramaticais diferentes nas mais diversas regiões. Ainda assim, a presença do colonizador francês é visível em inúmeras dimensões. E essa realidade é copiosamente presente na “África portuguesa”.⁵

Ressalta-se que não são apenas as elites francófonas e anglófonas que olham o ocidente como modelo, mas também as elites lusófonas com um olhar apaixonado pela literatura conduzida pelos europeus e ocidentais. Grosso modo, não obstante, o português sendo uma língua oficial na África lusófona, os seus currículos escolares são construídos segundo viés do colonizador. Ou seja, à educação é pensada num olhar menos africano. Todavia, trata-se de premissa que incentiva, ou ainda, que visa impor aos intelectuais africanos (a) a primarem na produção e escrita com tendência colonial, quando é escrito em língua local, são rejeitados em espaço escolar, como observa Carlos Cardoso,

Enquanto as sociedades e as elites africanas se batem para desconstruir os paradigmas coloniais, têm sido as próprias estruturas e elites políticas pós-coloniais a desenvolverem um certo tipo de violência face às potencialidades de uma epistemologia alternativa, levando a que, em casos extremos, a violência política tenda a destruir as bases culturais e materiais da produção dessa epistemologia alternativa.⁶

Conforme visto no item anterior, compreende-se que existem várias instituições de alguns países africanos que tendem a dificultar a descolonização linguística, porque os governantes olham o ocidente como o epicentro das soluções do continente. As elites africanas possuem as mentes dominadas pelas epistemologias europeias, e isso acaba criando um impasse para o desenvolvimento de África, dada a dependência econômica, política, científica e, ademais, pelos modelos culturais e sociais adquiridos de outros povos.

Em consideração a isso, vive-se uma falsificação da consciência africana, onde se defende o falso nacionalismo, o falso orgulho colonial e desprezam as heranças culturais, baseando nas fontes orais como elemento primordial no seio das comunidades. Assim, acreditamos ser necessário que as elites africanas criem modelos de vida com base na realidade do continente e que os valores culturais como a língua devem ser valorizados e inseridos nas escolas de modo que viabiliza a comunicação no processo de ensino e aprendizagem nas instituições de ensino.

Epistemologias africanas.

No que concerne, a epistemologia africana, segundo Hountondji inicia o seu texto com algumas provocações importantíssimas, “Quão africanos são os chamados estudos africanos”? “Que

⁵no continentera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 19-52.

⁶ CARDOSO, C. Das possibilidades das ciências sociais em África. 2011. Disponível em: [_](#) Acesso em: 03.10.2020

significado tem hoje África e o que significa ser africano”⁷. Na mesma senda, Mudimbe, questiona: “O que pode ser considerado filosofia africana e o que não pode”⁸. Portanto, essas e outras questões poderiam nos ajudar a compreender as discussões propostas, conseqüentemente a sugerir uma epistemologia africana alternativa, pois a maneira como são concebidos os estudos africanos são baseados em duas grandes esferas de influências e estudos, “*francesa e a britânica*.”⁹

Para Hountondji a filosofia africana é entendida como “[...] um conjunto de textos”¹⁰. Talvez o autor se limita exclusivamente ao processo de escrita como forma de pensar a filosofia africana, mas como sugere Jamba, o paradigma filosófico africano está intrinsecamente ligado, também, a oralidade e religiosidade que são praticadas por grupos culturais. A oralidade é um elemento essencial para se pensar os saberes africanos, pois, é por intermédio das experiências e vivências das pessoas, dos griots, ou contadores de histórias, músicas e nas tradições que essa filosofia encontra-se presente. Nessa perspectiva, entendemos a filosofia africana como uma expressão cultural, herdado a partir da ancestralidade e espiritualidade.

Mudimbe chama atenção para a necessidade de desmistificar as visões negativas do continente e, para isso, é necessário criar bases de conhecimentos africanos. À luz desses detalhes, trazemos o conceito de gnose africana e saberes endógenos africanos. Diante disso, acreditamos que o vocábulo gnose africano refere-se ao conhecimento das relações culturais africanas. Por outro lado, os saberes endógenos africano é uma coleção de experiências que as pessoas adquirem de seus ancestrais.¹¹ Apesar dos elementos elencados, entendemos que a valorização das culturas locais e da tradição oral¹² é pouco estudada na academia, enquanto espaço de excelência e desconstrução.

Mudimbe nos permite pensar como foi inventado a África e quando se refere a este território, o ocidente tem uma imagem negativa, associando a alteridade, sofrimento, falta de conhecimento. Ao nosso olhar, compreendemos como epistemologias africanas, os conhecimentos científicos produzidos no continente africano e na diáspora negra. A visão é contrapor os ideais eurocêntrico, onde os estudos são orientados na língua francesa, inglesa e espanhola. Então, surge a necessidade dos pesquisadores africanos primarem pela escrita de algumas línguas africanas, quer seja nos prefácios, introduções, etc.

⁷ HOUNTONDJI, P.J. Conhecimentos de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. Revista crítica das ciências sociais, Coimbra, p.149-160. Out. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.699>. Acesso em: 20 de set 2020.

⁸ MUDIMBE, V. Y. *A invenção de África: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento*. Portugal: Mulemba, 2013.

⁹ Idem, 2012.

¹⁰ Idem, 2012, p.153.

¹¹ Idem, 2013.

¹² Idem, *ibidem*.

Afinal, precisamos elevar as culturas africanas, quer seja no âmbito econômico, político, linguístico, etc., e, é a partir dessa perspectiva que entendemos haver epistemologias africanas alternativa. Há um padrão de escrita e da língua na produção científica a nível mundial, pois,

[...] Não só alguns acadêmicos publicam parte do seu trabalho em francês ou, mais frequentemente, em inglês – a nova língua franca da investigação acadêmica internacional –, de modo a alcançarem um público mais vasto, como também pode presumir-se que, sempre que uma discussão lançada originariamente na Alemanha ganha importância para a comunidade científica internacional, os próprios acadêmicos não-alemães sentem necessidade de a fazer traduzir o mais rapidamente possível.¹³

Refletindo as análises do autor sobre as produções acadêmicas internacionais, sobretudo em relação às universidades alemãs, levam-nos a um imaginário multidimensional no que diz respeito às produções científicas nos “IES” e universidades em África. Pois o que se tem assistido é a continuidade do neocolonialismo no âmbito acadêmico, os pesquisadores e professores estão mais preocupados em traduzir os seus textos na língua colonizador, como exemplo este artigo, em vez de trazer um resumo a partir da versão de uma língua bantu, todavia, apresenta uma escrita em idioma não africano pelo fato da padronização linguística do mundo.

Outro grande exemplo é o modo como são feitas as investigações no continente em estudo, certas vezes, muito dos pesquisadores (a) tendem a investigar temas que são do interesse de um público não africano, mas europeu e ocidental, os manuais em que são utilizados em sala de aula advêm dos países colonizadores. Outro ponto importante é a publicação das pesquisas (artigos, ensaios, livros) os quais são analisados e enviados em revistas científicas sediadas fora da África. Portanto, “mesmo quando são publicados em África, a verdade é que as próprias revistas acadêmicas africanas são mais lidas fora do que dentro de África”.¹⁴

Dessa maneira, apontamos que responsabilidade exclusiva dos políticos incluir e valorizar os conhecimentos endógenos africanos, como também cabe a sociedade, em particular os professores(a), cultivar o hábito de escrita que engrandece os saberes locais, bem como propor desafios aos estudantes. Tal como aponta Pimenta e Kajibanga, “todos os povos do mundo têm os seus conhecimentos endógenos e estes são sempre importantes para a sua vida cotidiana.”¹⁵

Contudo, o que se tem assistido é uma fraca aderência por parte dos acadêmicos e universidades capazes de romper com o padrão politicamente imposto. No âmbito do continente, poucas são as instituições que primam pelo estudo sobre conhecimento africano, exemplo o Council for the Development of Social Science Research in (CODESRIA). Entretanto, é exequível questionar a maneira como são ignorados os saberes africanos no continente, e porque há poucos debates

¹³ Idem, 2012, p. 157.

¹⁴ Ibidem, 2012, p.157.

¹⁵ PIMENTA, Carlos; KAJIBAGA, Vitor. Epistemologia dos Estudos Africanos. Saberes endógenos, ciências sociais e desafios dos países africanos. *Revista Angolana de Sociologia*. Luanda, p.1-20. dez. 2008, p.06.

relativos a essa questão em pleno século XXI. Ainda assim, é importante problematizar em que espaço geográfico encontra-se localizado o Centro de Estudos Africanos, é a partir daí que teremos uma noção ampla do constante retrocesso e pouca valorização destes saberes.

Por exemplo, os Estados Unidos nas décadas de 1940, 1950 e 1960 institucionalizaram nos seus currículos escolares a obrigatoriedade do ensino de idiomas africanos nas universidades. Da mesma forma, com a lei 10.639/03 no Brasil, se estabelece as diretrizes e fundamentos da educação para a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo. Diante da falta de valorização, é possível observar como outros países não africanos se apropriaram dos estudos e das produções epistêmicas africanas. Partindo do exposto acima, podemos compactuar com Pimenta e Kajibanga, quando afirmam que “por detrás da leitura europeia podemos constatar que toda sociedade tem mitos, crenças, valores, ritos e gestos que integram os conhecimentos endógenos”.¹⁶ Partindo da mesma abordagem, ambos pesquisadores asseveram que:

Os estudos africanos só têm razão de existir enquanto construtores de objetos de estudo integradores de vários prismas de abordagem de uma realidade de África ou relacionadas com África. Se um geógrafo estiver a estudar as características hidrográficas do continente africano não está a fazer estudos africanos, mas a fazer geografia física, eventualmente centrado exclusivamente em África. Se um economista está a analisar o funcionamento de um grupo de empresas em África não está a fazer estudos africanos, mas um estudo de economia de empresa que tem uma amostra em África¹⁷.

É interessante relacionar tais abordagens com a do antropólogo Maxwell, pois ele faz menção aos estudos etnográficos na África. Maxwell percebe que dada a complexidade e história do continente africano para entendermos essa realidade precisamos que o pesquisador tenha contato diretamente com o pesquisador “nativo”.¹⁸ Diante disso, o sociólogo Elísio Macamo, divide a produção do conhecimento social em África em três (3) momentos, “o saber tradicional, o saber colonial, e o saber africano”.¹⁹ Para análise dos saberes africanos o autor deixa-nos esclarecidos que se refere aos saberes produzidos dentro de um contexto institucional, político e social. Ou seja, a ideia de trazermos esses três tipos de saberes dá-se a partir de uma discussão em compreendermos que tipo de conhecimento podemos chamá-los dos africanos, assim:

O **Saber tradicional** trata-se de um saber que muitas vezes não é verbalizado e encontra expressão em situações rituais onde se produz e confirma a ordem social. Os mitos fundadores de linhagens ou legitimadores de poder constituem momentos privilegiados deste tipo de saber. [...] Este tipo de saber continua presente nos dias de hoje sob várias formas. Em círculos religiosos. **Saber colonial**, este saber costuma ser conotado com a disciplina de antropologia.

¹⁶ Idem, 2008, p.08.

¹⁷ Idem, 2008, p.13.

¹⁸ OWUSU, Maxwell. Rumo a uma crítica africana da etnografia africana: a utilidade do inútil. In: LAUER, Helen.; ANYIDOHO, Kofi. *O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africana*. Brasília: FUNAG, 2016. p. 1-2973.

¹⁹ MACAMO, Elísio. A constituição duma sociologia das sociedades africanas. *Estudos moçambicanos*, n.19, 2012, p.5-26.

[...] o saber colonial consiste na invenção duma sociedade africana susceptível de intervenção colonial. **Saber africano**, não se deve confundir com o saber tradicional. É um tipo de saber que consiste na projecção duma ideia de África no futuro a partir da confrontação entre o indivíduo e as condições objetivas da sua existência no momento atual. As ideias pan-africanistas de Eduard Blyden, Samuel Crummel e E. W. Du Bois. As utopias sociais como o socialismo africano de Senghor, Julius Nyerere, Sékou Touré, Modibo Keita, o movimento negritude, o socialismo científico de Moçambique e de Angola, bem como a ideologia “Ubuntu”, também fazem base da mesma projecção.²⁰

Nesta perspectiva, a falta de conhecimento antropológico e sociológico africano também está no centro do nosso debate, porque tem vários campos académicos na África (universidades, escolas, etc.) na qual encontramos bons pesquisadores progressistas engajados para o desenvolvimento científico africano. Todavia, em certos casos esses pesquisadores focam no acúmulo de conhecimento eurocêntrico, alegando a falta de oportunidades e comprometimento para a pesquisa nas universidades de seus respectivos países. Por um lado, compreendemos que a falta de saberes africanos tem afetado negativamente as produções endógenas e quiçá tem influenciado alguns intelectuais a primarem por escritas e pesquisas europeias e ocidentais.

Parafraseando Hountondji, apraz afirmar que existem grandes investigadores e especialistas africanos, alguns têm profissões excepcionalmente eficazes. Independentemente deste avanço, ainda há um recuo significativo no que diz respeito as produções, pois o que se precisa é que a África tenha sua autonomia científica e não ser dependente de outras culturas para falar de si²¹. Ainda assim, Hountondji assevera que,

[...] Os estudos africanos em África não deveriam contentar-se em contribuir apenas para a acumulação do conhecimento sobre África, um tipo de conhecimento que é capitalizado no Norte global e por ele gerido, tal como acontece com todos os outros sectores do conhecimento científico. Os investigadores africanos envolvidos nos estudos africanos deverão ter outra prioridade: desenvolver, antes de mais, uma tradição de conhecimento em todas as disciplinas e com base em África, uma tradição em que as questões a estudar sejam desencadeadas pelas próprias sociedades africanas e a agenda da investigação por elas directa ou indirectamente determinada.²²

Com base nas narrativas, corroboramos com a corrente filosófica de pensamento do Hountondji, na qual os pesquisadores africanos devem despir-se do conhecimento capitalizado pelo norte global, ou seja, o ocidente não deve ser o foco principal quando se trata de produção científica vindo da tradição africana. No entanto, para haver essa valorização precisa se pensar numa epistemologia africana alternativa a partir da criação do centro de pesquisas e extensão nas universidades e “IES”, despolitizar as academias, construir saberes que pensam a África e primam pela valorização cultural deixado como herança ancestral.

²⁰ Idem, 2012, p.11-15.

²¹ Ibidem, 2012, p.157.

²² Idem, 2012, p.158.

É possível falar em filosofia africana? Segundo Ngoenha, afirma que sim! Em uma das entrevistas concedida pelo professor em causa, destaca que há duas maneiras de pensar a filosofia em África, o primeiro dá-se através da desconstrução das mentes dos estudantes sobre a historiografia africana nos anos 1940, o nascimento da Universidade de Mombach, a história do Congo Belga; O segundo é o mito que o Ocidente construiu sobretudo as epistemologias ou filosofia africana, afirmando que “tudo começou na Grécia antiga”.

Na sequência da entrevista, o professor e filósofo africano afirmou que “defender a emergência de uma filosofia africana, de um pensar africano, está intrinsecamente ligada à busca de uma liberdade que nos foi negada e essa negação coincide com o esforço ocidental de se libertar. [...] É um esforço de libertar-se da imposição lógica e da transcendência. É um esforço de libertar-se destes poderes fortes”.²³ Desse modo, refletir e despertar filosoficamente a África deve ser um dos grandes objetivos da nova geração, pois para entendermos as epistemologias e conseqüentemente as tradições africanas, devemos conhecer aos grandes impulsionadores, como o filósofo africano congolês Alphonse Elungu Pene Elungu.

Segundo Jamba,²⁴ Elungua foi um dos filósofos africano que fez uma ruptura dialética sobre as sociedades africanas tradicionais e a civilização ocidental moderna através de mudanças filosóficas, sociais, culturais e religiosas que dilaceraram os povos africanos durante o processo da escravização até ao monopólio africano. Há, portanto, um consenso entre Ngoenha e Jamba, acerca da existência de uma “*filosofia africana*”. Assim, para Jamba, a corrente filosófica africana emergi a partir do processo colonial, logo, foi então que se viu o renascimento das três principais correntes do pensamento filosófico africano: As filosofias etnológicas, as filosofias ideológicas e as filosofias críticas.

A primeira corrente de pensamento filosófico africano “filosofias etnológicas”, segundo o autor, é preciso fazermos uma retrospectiva histórica na obra de Tempels e do ruandês Alexis Kagame. Nestas obras, se destaca os sistemas filosóficos dos povos bantus, através dos saberes, das tradições, sobretudo dos provérbios, adágios, contos, canções populares, etc. A segunda corrente, “filosofia ideológica”, está vinculada à resistência colonial, primando pelo fim da exploração, na qual os africanos viviam e clamavam pela autonomia imediata dos seus países. Essa corrente essa coadjuva o renascimento de várias subcorrentes, o pan-africanismo, a negritude, o socialismo africano e o socialismo científico, também chamado de nacionalismo pragmático. No que se refere ao Pan-

²³ CIGALES, Marcelo Pinheiro; MEZADRI, Fernando. Entrevista com Severino Elias Nogueira. Estudos pós-coloniais, identidade e educação: diálogos entre Brasil e Moçambique. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 20, n. 47, jan/abr 2018, p. 268.

²⁴ JAMBA, Almerindo Jaka. O despertar filosófico em África de Alphonse Elungu Pene Elungu: Uma referência permanente para o conhecimento do pensamento filosófico africano. *Mulemba. Revista Angolana de Ciências Sociais*, Luanda, n. 4 (8), p. 599-604, ago.2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/mulemba.307>. Acesso em: 02 de out. 2020.

Africanismo, trazendo as ideias de Jamba, este conceito filosófico é guiado pela unidade africana. Assim, pode-se dizer que o Pan-africanismo é um movimento político, filosófico, intelectual e social, que se destacou por unir todos os povos que estiveram no continente africano e seus descendentes que estiveram em outras partes do mundo. A partir dessa união permitiu lutar contra as desigualdades raciais, preconceito, racismos, etc., principalmente a descolonização dos países. Na visão do autor, há três grandes mentores desta corrente filosófica, destacando os afro-americanos: William Burghart Du Bois e Marcus Garvey, por último, o autor destaca o médico haitiano Dr Price Mars.

É do conhecimento geral que, o Pan-Africanismo teve outros olhares, pois

[...] A nível do continente africano, a ideologia pan-africana mereceu uma atenção especial por parte de jovens intelectuais africanos, que se encontravam na Europa e na América. A figura emblemática desta influência é o ghanês Kwame Nkrumah. Nkrumah, que a partir da Universidade de Lincoln, onde estudou teologia e filosofia, entrando em contato com as ideias pan-africanistas através das comunidades negras.²⁵

Ademais, existem outros intelectuais que desempenharam papel importante neste movimento e destacam-se: Aimé Césaire, António Agostinho Neto que foi um político, revolucionário e primeiro presidente de Angola, Thomas Sankara, revolucionário de Burkina Faso, o senegalês Leopold Sédar Senghor e pai da Negritude, Amílcar Cabral que foi um dos cânones para a independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde e outros. Porquanto, a subcorrente da negritude, diferente do socialismo, além de ser um movimento político através do Pan-Africanismo que permitiu a libertação dos povos africanos, a negritude se baseava numa corrente cultural cujo foco era a valorização do povo africano. Como vimos, um dos mentores desta corrente foi o senegalês Leopold Sédar Senghor. Este pensador tinha três elementos fundamentais que se firmavam nesta corrente, destacando: primeiro destaca que o povo africano deve criar uma revolta cultural ou a negar a assimilação do colonizador, em segundo ele afirma ser preciso criar uma filosofia literária e poética com base africana e por último, prima pela representação do povo negro africano.²⁶

Em suma, essas correntes e subcorrentes emergiram no aparecimento da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963, que uniu os movimentos nacionalistas de libertação nacional, em particular os países colonizados pelos portugueses. Dessa forma, não podemos falar de um saber africano, epistemologia africana pós-colonial sem recorrer ao passado colonial, sendo que é a partir desse momento onde começaram a emergir as novas formas de pensamentos e resistência africana como vimos teoricamente apontado pelos autores.

Pesquisa e Produção científica em África.

²⁵ Ibidem, 2014, p.2-4

²⁶ Ibidem, 2014, p.3

Muito se discute a respeito das produções científicas e pesquisas na África. Nesse ponto de vista, vários autores como Carlos Cardoso, Teresa Cruz e Silva²⁷, Jumi Adesina²⁸, Varela e outros fazem críticas que nos remeteram a questionar: Existem em África iniciativas nas pesquisas científicas? Em uma primeira instância não teremos resposta a esta questão. No que lhe concerne, Yankah,²⁹ inicia o seu texto intitulado “A globalização e o acadêmico africano” falando sobre a segregação das produções científicas em África, ou seja, para o autor existe um tipo de preconceito editorial sobre as bibliografias africanas. Para ele, embora que em África há poucas editoras, que faz com que as produções sejam feitas fora do continente, isso faz com que se cria um apartheid ocidental, diante dos conteúdos referentes a África.

Os periódicos ocidentais internacionais cujo projeto editorial não tem nenhum foco geográfico especial publicam muito pouca coisa sobre a África, ou só o fazem em edições especiais. Algumas vezes, essas tendências segregacionistas se estendem à inclusão nos catálogos das bibliotecas.³⁰

A despeito disso, a crítica do autor não pode recair exclusivamente a estas editoras ocidentais, mas também na questão relacionada ao déficit nas liberdades acadêmicas (pesquisas, criatividade, etc.) e conseqüentemente a carência de financiamento para a pesquisa nas instituições ou universidades dos países africanos. Ou seja, poucas universidades públicas e privadas apoiam/apostam na produção científica, publicação de artigos, outras não têm bibliotecas equipadas, sala de pesquisa, entre outros que ajudam no alicerce da construção científica.

Diferente da época pós-colonial onde as instituições, universidades e cursos públicos eram um grande projeto para o desenvolvimento da sociedade africana, atualmente as “universidades africanas são constituídas de muitos paradoxos”³¹ carecem de financiamento de pesquisas, infraestrutura, bibliotecas, e sofrem uma constante fuga de cérebros para o exterior. Este último, Cruz e Silva, assevera que se dá pelo “estado em que se encontram as nossas faculdades, fragilizam, ao invés de reforçar, a geração mais nova de acadêmicos africanos em redor dos quais se centram os nossos esforços”.³²

Nessa perspectiva, é consensual entre os autores sobre como foi incorporado às políticas neoliberais no continente, como sendo um dos elementos que causa constante fuga dos quadros,

²⁷ SILVA, Teresa Cruz e. O lugar das Ciências Sociais como Motor de Mudanças: o caso de Moçambique. *A Ciência ao Serviço do Desenvolvimento*, p. 267-277, 2015.

²⁸ ADESINA, Jumi. Práticas da Sociologia Africana: Lições de endogeneidade e género na academia. In: CRUZ e SILVA, Teresa et al. *Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas*, Dakar, p. 195-210, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20131028053636/ComoFaz>. Acesso em: 12 de out. 2020.

²⁹ YANKAH, Kwesi. A globalização e o acadêmico africano. In: LAUER, Helen.; ANYIDOHO, Kofi. O resgate das Ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas. Brasília: FUNAG, v. I, 2016. Cap. 3, p. 135-161.

³⁰ Idem, 2016, p.143

³¹ Idem, 2011, p.133

³² Idem, 2012, p.195

estudantes, professores e pesquisadores. Segundo afirma Mama, em alguns países africanos os estudantes se revoltam contra as políticas autoritárias dos regimes. A autora vai mais afundo e assevera que nos anos de 1980 e 1990, por exemplo, o governo da Nigéria fez um empréstimo avultado ao Banco Mundial para atender as demandas do ensino superior, apesar disso, houve diversas manifestações por parte dos estudantes e professores.³³

Em vista a essa citação, Teresa Cruz e Silva, aponta que “a imposição de políticas neoliberais a que foram sujeitas os países africanos depois dos meados da década de 1980 resultou num processo que conduziu as reformas econômicas e serviços sociais públicos, colocando as instituições nacionais ao serviço do capital”.³⁴ A crise de 1980, por exemplo, e a consequente queda do Muro de Berlim em 1989, mexeu com várias estruturas econômicas e políticas mundiais, sobretudo na educação dos países africanos. Foi assim que a partir desse momento iniciavam os processos de privatizações no ensino e as universidades tornaram-se reféns das deliberações dos organismos internacionais (Banco Mundial e FMI).

Ainda sobre as liberdades acadêmicas, um dos fatos mais preocupante das nossas discussões baseiam-se naquilo que os autores vêm problematizando, a falta de autonomia dos intelectuais e pesquisadores. Pois corroborando com a pesquisadora Cruz e Silva,

“[...] as liberdades acadêmicas devem permitir a realização da pesquisa e a disseminação do conhecimento sem deixar de criar espaços de discussão que possibilitem determinar o que pode ou não ser estabelecido como objecto deste mesmo conhecimento, permitindo a livre criatividade e estimulando ideias novas”.³⁵

Percebe-se que a falta de meios de difusão de trabalhos científicos adequados nas universidades africanas, a carência de equipamentos eletrônicos suficientes para investigação, falta de internet, energia, e outros meios suficientes para a pesquisa são apontados como sendo um dos fatores da fuga de quadros para o exterior. As autoras vão mais além e afirmam que, a pesquisa científica em África continua sendo fraca enquanto há poucas bases de dados onde podem ser divulgadas as pesquisas. Ademais, existem outros problemas no tocante a internet, visto que muitas universidades não têm esses meios e as que têm são universidades ou escolas das elites.³⁶

Ademais, Varela levanta a discussão acerca das questões relacionadas às reduções das despesas públicas nas universidades públicas africanas ou a falta de políticas públicas como sendo

³³ MAMA, Amina. Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade. In: SANTO, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p.616.

³⁴ Idem, 2010, p.270

³⁵ Ibidem, 2015, p.271

³⁶ Idem, 2011, p.134

um dos meios do enfraquecido destas. Para o autor, “a redução das despesas públicas no ensino superior em África, não deixa de repercutir negativamente na qualidade do ensino superior”.³⁷

No que se refere a redução das despesas, pode se afirmar que,

A redução, e em muitos casos a ausência de financiamentos para a pesquisa e a não existência de infraestruturas básicas e sistemas apropriados de gestão, são caminhos para que as IES, ou os investigadores, individualmente, cedam rapidamente à sedução das propostas do mercado, que conduzem quer a uma imposição do desenho das agendas de pesquisa, quer à já referida individualização e informalização dessa mesma pesquisa [...] Neste processo, ficam novamente excluídos os mais jovens pelo ainda frágil sistema de disseminação dos resultados em publicações periódicas das instituições nacionais e pela dificuldade de acesso a revistas internacionais.³⁸

Como descrito, veja-se que muitos países africanos não olham a educação como elemento principal para o desenvolvimento, pois se nota o fraco financiamento nas políticas educacionais. Portanto, se as elites africanas olharem o continente como produtores de conhecimentos e criarem centros de estudos de pesquisas, o ocidente não será o epicentro do saber.

Considerações finais.

O objetivo do estudo foi refletir sobre as epistemologias africanas. No entanto, fizemos algumas leituras críticas sobre o trabalho de alguns estudiosos e pesquisadores africanos e africanistas. Ademais, a partir dessas leituras entende-se que, no continente africano, existem muitas epistemologias para serem estudadas e exploradas, mas por falta de vontade política e econômica, isso dificulta a disseminação desses conhecimentos. Mormente, visamos refletir as narrativas de pesquisadores (as) sobre questões relacionadas às desigualdades nas produções científicas, em particular o conhecimento em que é discutido sobre a África, mas não produzido para o público africano. A este respeito, apontamos para críticas às elites africanas, os acadêmicos, a fim de desenvolver vontade coletiva na busca de consensos e na construção de um centro universitário de aprendizagem para poder pensar a África. É por isso que o financiamento da pesquisa é tão importante.

Em suma, deduzimos ser possível construir uma epistemologia africana alternativa, seja dentro ou fora do continente, mas as universidades e IES precisam valorizar essas produções e incluí-las nas grades curriculares como disciplinas ou textos optativos e complementares. Diante disso, é preciso romper com políticas neoliberais e valorizar a liberdade acadêmica, seja para alunos, professores e pesquisadores.

Referências Bibliográficas

³⁷ Idem, 2015, p.14

³⁸ Idem, 2015, p.73

ADESINA, Jimi. Práticas da Sociologia Africana: Lições de endogeneidade e gênero na academia, 2012.

APPIAH, Kwame. A invenção da África. In: APPIAH, Kwame A. *Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

CARDOSO, Carlos. Das possibilidades das ciências sociais em África. 2011. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20131028053636/ComoFazer.pdf> Acesso em: 03.10.2020.

CIGALES, Marcelo.; MEZADRI, Fernando. Entrevista com Severino Elias Ngoenha. Estudos pós-coloniais, identidade e educação: diálogos entre Brasil e Moçambique. *Sociologias, Porto Alegre*, Sociologias, Porto Alegre, ano 20, no 47, jan/abr 2018, p. 258-274 jan/abr 2018. p. 258-274.

FERREIRA, Roquinaldo. A institucionalização dos Estudos Africanos nos Estados Unidos: advento, consolidação e transformações. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 73-90 – 2010.

HERNANDEZ, Leila. *A África na sala de aula: Visita à história contemporânea*. Belo horizonte: Selo negro, 2008.

HOUNTONDI, Paulin. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. *Revista crítica das ciências sociais*, nº 80 p. 149-160, 2008.

JAMBA, Jaka. O despertar filosófico em África de Alphonse Elungu Pene Elungu: Uma referência permanente para o conhecimento do pensamento filosófico africano. *Revista Angolana de Ciências Sociais*, p. 1-5, 2014.

ROMÃO, José. *Paulo Freire e Amílcar Cabral: A descolonização das mentes*. São Paulo: Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

MACAMO, Elísio. A constituição duma Sociologia das Sociedades Africanas. *Estudos Moçambicanos*, 2002.

MAMA, Amina. Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre a pesquisa acadêmica e liberdade. In: SANTOS, B. D. S.; MENEZES, M. P. *Epistemologia do Sul*. Coimbra: Almedina, 2010. p. 529-532.

MAXWELL, Owusu. Rumo a uma crítica africana da etnografia africana: a utilidade do inútil. In: LAUER, Helen.; ANYIDOHO, Kofi. *O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas*. Brasília: FUNAG, 2016. p. 1-2973.

MUDIMBE, Valentin-Yves. A invenção de África: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento. Portugal: *Mulemba*, 2013.

PIMENTA, Carlos.; KAJIBANGA, Vitor. Epistemologia dos Estudos Africanos. Saberes endógenos, ciências sociais e desafios dos países africanos. *Revista Angolana de Sociologia*, p. 1-20, 2008.

SILVA, Tereza. O lugar das ciências sociais como motor de mudança: o caso de Moçambique. *Codersia*, p. 267-278, 2015.

UZOIGWE, Godfrey. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-1022.

VARELA, Bartolomeu. O Ensino Superior em África: potencialidades, desafios e perspectivas. *Casa Brasil-África*, Universidade Federal do Pará, p. 1-30, outubro 2015.

YANKAH, Kwesi. A globalização e o acadêmico africano. In: LAUER, Helen.; ANYIDOHO, Kofi. *O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas*. Brasília: FUNAG, v. I, 2016. Cap. 3, p. 135-161.